

## Seminário abre espaço para *software* livre

Ao participar ontem da abertura do seminário "Software Livre e o Desenvolvimento do Brasil", o presidente do Senado, José Sarney, afirmou que o evento demonstra a disposição de tirar o país de "um novo tipo de escravidão tecnológica". O seminário prossegue até amanhã

Página 8

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.765 - Brasília, quarta-feira, 20 de agosto de 2003

## Senado condena terrorismo e lamenta morte de Vieira de Mello

Estado pode ser ressarcido por obra em BR

Plenário aprova decreto legislativo que regula efeitos de medida provisória vetada.

Julgamento de militares tem novas regras

PMs permanecem sujeitos a júri, membros das Forças Armadas terão foro militar.



ENTENDIMENTO Aprovação de decreto legislativo exigiu intensa negociação entre senadores

Página 3

Atentado contra representação da ONU no Iraque motiva pronunciamentos de diversos senadores

O Senado aprovou requerimento de pesar pela morte do diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello, ocorrida após a explosão de um carro-bomba que atingiu ontem o escritório da ONU em Bagdá. No encaminhamento da proposta, senadores repudiaram o atentado e enalteciam o trabalho de Vieira de Mello, que, segundo José Sarney, dedicou sua vida à paz.

Páginas 4 e 5

BC não teve culpa na evasão, diz ex-diretora

Em depoimento à CPI do Banestado, a ex-diretora do Banco Central Tereza Grossi avaliou que caberia às gerências regionais abrir processos por irregularidades nas contas CC-5 e ao Ministério Público investigar possíveis fraudes.

Página 7

CAE debate reforma com governadores

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou ontem requerimento prevendo a realização, ainda este mês, de audiência pública para tratar da reforma tributária.

Governadores representantes das cinco regiões do país devem ser convidados.



CONVITE Ramez Tebet (D), autor do requerimento, sugeriu ouvir governadores mineiro, gaúcho, amazonense, goiano e potiguar

Página 6

Sarney garante à CUT: diálogo está aberto

Ao receber o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Luiz Marinho, o presidente do Senado, José Sarney, afirmou, em relação ao projeto de reforma da Previdência, que o Senado está sempre aberto ao diálogo.

Página 7

## Comissão aprova normas para portal na Internet

Geraldo Magalhães



**Proposta de Mercadante foi acolhida pela CE**

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem substitutivo do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ao Projeto de Lei nº 225/2003, de autoria do senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

A matéria determina que todos os documentos, textos e artigos em língua estrangeira disponibilizados nos sítios e portais da Internet mantidos pela União, estados, municípios e Distrito Federal sejam obrigatoriamente apresentados também na língua portuguesa.

## Autorizado funcionamento de emissoras

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem parecer favorável a projetos de decreto legislativo autorizando dez instituições a operar emissoras de radiodifusão comunitária. O colegiado, presidido por Osmar Dias (PDT-PR), também aprovou nove projetos permitindo a exploração de serviços de radiodifusão em frequência modulada e outros quatro outorgando a entrada em funcionamento de emissoras de rádio que operam em ondas médias. Foi aprovada ainda renovação da concessão de duas emissoras de televisão, de uma rádio em frequência modulada e de duas rádios em ondas médias.

# Agenda

## Maçonaria é homenageada em sessão do Senado

A pedido do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), a maçonaria brasileira será homenageada pelo Dia do Maçom, durante a sessão de hoje, a partir das 14h30. Os senadores também



deverão votar, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 55/99, que acrescenta, entre os princípios que regem a administração pública, o da razoabilidade.

## Sarney reúne senadores para encontro com Berzoini

O presidente do Senado, José Sarney, reúne senadores para o café da manhã com o ministro da Previdência, Ricardo Berzoini; às 10h30, Sarney recebe o ex-presidente da Colômbia Ernesto Samper; às 11h, Gustavo Dahl, presidente da Ancine; às 11h30, dirigentes do Sindicato Nacional de Editores de Livros; às 12h, a senadora mexicana Cecilia Romero; e às 12h30, o presidente da Fundação Biblioteca Nacional. Às 18h30, José Sarney participa do lançamento do *Anuário Brasil-Israel 2003*, na Biblioteca do Senado.

## Promotores falam à CPI da Exploração Sexual

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado se reúne hoje, às 10h, para ouvir o ex-gerente financeiro da empreiteira Mendes Júnior, Simeão Damasceno de Oliveira. A partir das 11h30, a CPI da Exploração Sexual, presidida pela

senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) – foto –, se reúne para ouvir a exposição dos promotores do Ministério Público da Paraíba João Manoel de Carvalho, Marinho Mendes Machado e Herbert Douglas Targin.



## Dois comissões realizam audiências públicas hoje

Para discutir a PEC nº 29/00, que trata da reforma do Poder Judiciário, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania realiza, a partir das 10h,

audiência pública com os presidentes da Associação dos Juizes Federais e da Associação Nacional dos Procuradores da República. Às 18h30, a Comissão de Relações

Exteriores (CRE) ouve o Ministro da Defesa, José Viegas Filho, sobre as circunstâncias que envolveram o pouso de avião francês em Manaus.



## Setor de mineração em debate

Com a presença do diretor-geral do Departamento de Produção Mineral do Ministério de Minas e Energia e do secretário de Minas e Metalurgia, a Subcomissão Temporária de Extração Mineral se reúne, às 9h30, para discutir o posicionamento do governo em relação ao setor de mineração. Às 11h30, o ministro Waldir Pires, da Controladoria Geral da União, participa de audiência pública na Comissão de Fiscalização e Controle, para falar da atuação do órgão federal.

## Cronograma de trabalho

Presidida pelo senador Flávio Arns (PT-PR), a Subcomissão Temporária das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais realiza reunião hoje, após a ordem do dia, para elaboração do cronograma de trabalho. No mesmo horário, e com o mesmo objetivo, se reúne a Subcomissão de Dívida Pública, presidida pelo senador César Borges (PFL-BA).

## Avaliação do ensino superior

A Comissão de Legislação Participativa, presidida por Magno Malta (PL-ES), analisa hoje, às 10h30, requerimento solicitando realização de audiência pública sobre a avaliação do ensino superior. O colegiado também examina anteprojeto de lei para incluir na legislação procedimentos de assistência jurídica pela Associação dos Juizes Federais.

**A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**

## CAE veta projeto que amplia verba da Seguridade

Por 14 votos a 13, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) rejeitou parecer favorável do senador Mão Santa (PMDB-PI) ao Projeto de Lei Complementar nº 42/2003, do senador



**Paulo Octávio defende manter recursos no setor**

Paulo Octávio (PFL-DF), que garantia a ampliação de recursos da Seguridade Social. Romero Jucá (PMDB-RR) havia solicitado vista da matéria e apresentou voto contrário ao projeto.

De acordo com a proposta de Paulo Octávio, as remunerações dos recursos da Seguridade Social que permanecem em conta única do Tesouro Nacional, recolhidos de fontes destinadas originariamente à Seguridade, seriam aplicadas, exclusivamente, no setor. Discutiram a matéria Efraim Moraes (PFL-PB), Almeida Lima (PDT-SE), Ney Suassuana (PMDB-PB) e Aloizio Mercadante (PT-SP).

## Aviação civil será debatida em audiências

A crise da aviação civil, que resultou na suspensão das atividades da Transbrasil e no projeto de fusão da Varig e da Tam, deve ser discutida na Subcomissão de Turismo. Os membros do colegiado aprovaram ontem requerimento para a realização de audiências públicas, que debaterão, além desse assunto, a situação das empresas aéreas regionais e da Empresa de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero).

Os senadores também decidiram pedir audiências com o presidente Lula e os ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e do Turismo, Walfrido Mares Guia, para tratar da inclusão de recursos para o turismo na proposta orçamentária de 2004. Também serão pedidas audiências com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para tratar da concessão de vistos para turistas brasileiros; e com o ministro do Esporte, Agnelo Queiroz, para discutir proposta de realização das Olimpíadas no Brasil.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

### Agência Senado

**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Geraciolo Magliola

**VANTAGEM** João Capiberibe lembra que Brasil pode ter acesso a tecnologia avançada

## João Capiberibe defende acordo com a Ucrânia

O senador João Capiberibe (PSB-AP) defendeu a aprovação do Projeto nº 393/2003, que trata do acordo de salvaguardas tecnológicas com a Ucrânia, para permitir o lançamento dos foguetes ucranianos *Cyclone 4* a partir do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão. Um dos objetivos da proposição é garantir para o Brasil a transferência da tecnologia de giroscópios e da produção de combustíveis líquidos.

A matéria, que deverá ser analisada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), tem como relatora a senadora Roseana Sarney (PFL-MA).

– O projeto tem apoio de vários parlamentares que defendem o acordo, já que a Ucrânia é uma referência na transferência desse tipo de tecnologia e o Brasil depende de satélites para sua economia agrícola, telecomunicações, monitoramento da Amazônia e segurança, entre outros usos – afirmou Capiberibe.

### Vieira de Mello

Capiberibe também lamentou a morte do embaixador Sérgio Vieira de Mello. “Ele estava representando a ONU em Bagdá, em uma guerra que todos nós repudiamos e repudiaremos mais ainda com a perda desse grande brasileiro.”

# Plenário mantém júri para PM nos crimes contra vida

■ Decisão restabelece foro especial para membros das Forças Armadas acusados desses delitos

Projeto aprovado ontem pelo Plenário mantém a competência do tribunal do júri para julgamento de crimes dolosos contra a vida de civis praticados por policiais militares dos estados e do Distrito Federal. A proposta restabelece o foro militar para integrantes das Forças Armadas que praticarem crimes da mesma natureza.

O projeto, de autoria do então senador Arlindo Porto, altera o Código de Processo Penal Militar e terá sua redação final votada pelos senadores antes



Roosevelt Pinheiro

**EXCEÇÃO** Proposta de Crivella assegura foro militar para PM no caso de lesão corporal

de seguir para o exame dos deputados. O relator da matéria foi o senador Marcelo Crivella (PL-RJ). Ele examinou outras duas proposições, decidindo-se pela apresentação de um texto substitutivo, mas com a

essência da proposta de Arlindo Porto.

Marcelo Crivella destaca que fica mantido o foro especial militar para os PMs, no caso de delito de lesão corporal, “que é consequência natural do uso da violência legal que a polícia deve e pode ter de aplicar”. Assim, o relator acredita que as ações dos policiais militares dos estados não serão inibidas quando houver necessidade de uso da força.

A legislação vigente conceitua o que são crimes militares em tempos de paz e estabelece que a justiça comum (tribunal do júri) ficará encarregada do julgamento dos crimes dolosos contra a vida de civis, mas não faz distinção entre os policiais militares e os integrantes das Forças Armadas.



Roosevelt Pinheiro

**PROTEÇÃO** Garibaldi Alves Filho argumenta que proposta atende a interesse do consumidor

## Rescisão pode gerar multa no valor de 10%

Na sessão de ontem, foi aprovado pelos senadores, com alterações, projeto de lei de autoria do deputado João Paulo Cunha (PT-SP) estabelecendo multa de 10% sobre o valor do contrato se o fornecedor do bem ou serviço rescindir o acordo, ou seja, não garantir mais a entrega do que foi negociado com o consumidor. O comprador ainda terá o direito de entrar na Justiça contra o fornecedor por perdas e danos.

O projeto original (PLS nº 71/2000), que altera o Código de Defesa do Consumidor, não previa a multa de 10%, mas sim multa no mesmo percentual previsto em cláusula do contrato rompido. O relator no Senado, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), entende que a parte fraca no negócio é o comprador e, assim, ele deve ser defendido com a multa de 10%, sem ter necessidade de recorrer à Justiça.

O projeto depende ainda de votação com a redação final e, depois, voltará ao exame dos deputados, devido à mudança feita no Senado.

Transcorreu ontem a quarta sessão de discussão da proposta de emenda à Constituição do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que incorpora os tribunais e conselhos de contas de municípios às cortes de contas dos estados.

## Projeto permite o ressarcimento a estado que recebeu rodovia federal

O Senado aprovou ontem, depois de intensas negociações, projeto de decreto legislativo que disciplina as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória 82/02, que, modificada pelo Congresso, foi integralmente vetada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em maio deste ano.

A MP original repassava rodovias federais aos cuidados dos estados, pagando para isso R\$ 130 mil por quilômetro, para que elas fossem recuperadas. Durante a vigência da medida provisória, alguns governos estaduais, necessitando de dinheiro para pagar até mesmo o funcionalismo, assinaram acordos de transferência das estradas. Um item da MP, no entanto, afirmava que os estados que assinassem acordos para receber as estradas renun-

ciavam a eventuais direitos de ressarcimento sobre obras que executaram, no passado, em rodovias federais.

Como a MP deixou de existir, cabe ao Congresso regulamentar as relações jurídicas decorrentes de sua vigência, por decreto legislativo. O relator do projeto foi o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e, por negociações, acertou-se que ficam mantidos os acordos de transferência das rodovias feitas entre dezembro de 2002 e 20 de maio deste ano, mas sem os itens que impediam as ações estaduais de ressarcimento de serviços passados.

Durante a discussão, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou que, quando governou o Rio Grande do Sul, executou obras em rodovias federais e o governo do estado vem

cobrando ressarcimento desde então. Na vigência da MP 82, o governador Olívio Dutra, “pressionado pela falta de dinheiro”, aceitou assinar o contrato de estadualização de rodovias, inclusive com item que impedia o ressarcimento das obras feitas por Simon.

O substitutivo do projeto de decreto legislativo ainda vai à Câmara dos Deputados. No final da votação, Simon pediu ao presidente do Senado, José Sarney, que dispensasse os prazos dos trâmites legais e enviasse o projeto com urgência àquela Casa, por se tratar de assunto de grande interesse para os estados. Sarney informou que, atento à importância da matéria, a Secretaria da Mesa já tinha providenciado para que o projeto esteja na Câmara ainda hoje.



Roosevelt Pinheiro

**CONDIÇÃO** Alvaro Dias afirma ser necessário, antes, a renegociação da dívida

## Alvaro sugere pacto para retomada do desenvolvimento

Em seu primeiro discurso depois de retornar ao PSDB, o senador Alvaro Dias (PR), que integrou a bancada do PDT, pregou ontem um pacto nacional pela retomada do desenvolvimento. Ele defendeu a união de todos na tarefa de buscar um caminho que afugente o desemprego, a estagnação econômica e a falta de

perspectiva.

Alvaro Dias defendeu um projeto nacional de desenvolvimento para superar as duas décadas de quase estagnação no país. De acordo com o senador, entre 1900 e 1940, o Brasil manteve uma taxa média de crescimento de 4,5% ao ano. De 1940 a 1980, o crescimento médio anual foi de 7%. Já de 1980 a 2000, o país fi-

cou no patamar médio de 2% de crescimento ao ano.

Ele alertou, no entanto, que para se retomar o desenvolvimento é necessário renegociar o montante da dívida externa, “uma alternativa apoiada por toda a nação, independente de credo político ou religioso”. Para o senador, essa realidade asfixia as perspectivas de desenvol-

vimento do país.

Os senadores do PSDB Sérgio Guerra (PE), Leonel Pavan (SC), Tasso Jereissati (CE), Eduardo Azeredo (MG), Arthur Virgílio (AM), Reginaldo Duarte (CE) e Eduardo Siqueira Campos (TO) e o líder do PFL, José Agripino (RN), saudaram a volta de Alvaro Dias ao partido pelo qual se elegeu para o Senado.



★ 1948 - † 2003

Consternação e surpresa foram manifestadas por senadores, que condenaram o atentado terrorista que provocou ontem a morte de Sérgio Vieira de Mello. O brasileiro representava a Organização das Nações Unidas nos esforços de reconstrução do Iraque no pós-guerra

## Senado homenageia Sérgio Vieira de Mello

O Plenário aprovou ontem requerimento de pesar pela morte do brasileiro Sérgio Vieira de Mello, ocorrida após explosão de um carro-bomba que atingiu o prédio da Organização das Nações Unidas (ONU) em Bagdá, capital do Iraque. Por indicação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, Vieira de Mello representava a entidade no Iraque.

O requerimento aprovado foi definido pelo presidente da Casa, José Sarney, como uma expressão do sentimento do Senado e de



todo o povo brasileiro. Primeiro a falar durante a homenagem, Sarney lembrou que Sérgio Vieira de Mello foi enviado ao Iraque com a missão de trabalhar pelo restabelecimento da tranqüilidade e ajudar o país a construir um governo democrático no pós-guerra. Houve várias manifestações em memória do brasileiro. Além de condenar o atentado terrorista, os senadores ressaltaram o papel de Vieira de Mello na solução dos conflitos entre as nações.

### EDUARDO S. CAMPOS



Fotos: Roosevelt Pinheiro

#### Atentado covarde e injusto contra a ONU

Em nome do PSDB, o senador Eduardo Siqueira Campos (TO) apresentou requerimento para inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do brasileiro Sérgio Vieira de Mello, em consequência de atentado terrorista contra a sede das Nações Unidas na capital do Iraque, Bagdá. Serão enviadas condolências à família e ao Itamaraty.

O senador lamentou o atentado, que ele considerou covarde e injusto em relação ao papel da ONU, "que sempre se posicionou contra a invasão do Iraque".

### MARCELO CRIVELLA

#### Missão no Iraque era difícil e arriscada

O senador Marcelo Crivella (RJ) lamentou, em nome da liderança do PL, a morte de Sérgio Vieira de Mello.

– Meu partido rende as mais profundas homenagens a esse vulto da diplomacia brasileira, que tinha um grande veio humanitário e exercia uma missão difícil, arriscada e perigosa.

Para o senador, Vieira de Mello "deu sua vida por uma causa nobre". Crivella acrescentou que o representante da ONU não morreu, apenas "fechou os olhos para ver um mundo diferente".



### MARCO MACIEL



#### A liberdade ainda não foi vitoriosa

O senador Marco Maciel (PFL-PE) lamentou a morte de Sérgio Vieira de Mello, em atentado terrorista em Bagdá. Maciel lembrou afirmação do escritor britânico Eric Hobsbawm, para quem o século 20 foi o mais violento da história.

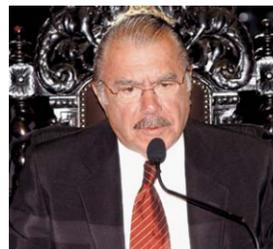
– O século 21 já nasceu extremamente violento e não é o que sonhávamos, uma vitória da liberdade. Sérgio Vieira de Mello era um agente da paz. De alguma maneira, a sua morte nos faz refletir sobre a importância da paz e, a partir dela, construir a justiça – concluiu.

### JOSÉ SARNEY

#### Uma vida dedicada à busca da paz

Emocionado, o presidente do Senado, José Sarney, abriu as manifestações que antecederam a aprovação do requerimento de pesar pela morte do brasileiro Sérgio Vieira de Mello.

Sarney disse que o embaixador marcou sua carreira com valiosos serviços prestados à causa do bom relacionamento entre as nações. A vida de Vieira de Mello, ressaltou Sarney, foi dedicada "à causa da paz, procurando consolidar esse ideal de um mundo mais justo, mais humano e menos violento".



### HÉLIO COSTA



#### Presença em momentos difíceis da Europa

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) lembrou que Sérgio Vieira de Mello, vítima de atentado no Iraque, esteve à frente de negociações representando as Nações Unidas em momentos difíceis da comunidade europeia, como a guerra no Kosovo.

O talento de Vieira de Mello, acrescentou o senador, também foi dirigido para a reconstrução do Timor Leste após a independência, conseguindo recuperar a história da nação, colocar em andamento a democratização do país e conduzir o processo eleitoral.

### EDUARDO SUPLYCY

#### Destaque no governo de transição

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Eduardo Suplicy (PT-SP), prestou homenagem a Sérgio Vieira de Mello.

Suplicy destacou a intermediação de Vieira de Mello junto ao governo de transição do Iraque para a adoção de um programa de renda mínima no país. O senador havia sugerido a aplicação no Iraque de programa semelhante ao praticado há 20 anos no Alasca, onde se distribui 2% do Produto Interno Bruto (PIB) entre todos os cidadãos.



## ▼ Mais de 30 anos dedicados a resolver conflitos internacionais

O brasileiro Sérgio Vieira de Mello era funcionário de carreira da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 1969, quando passou a trabalhar em Genebra (Suíça).

Desde o início, ele esteve ligado ao Alto Comissariado da ONU para os Refugiados. Durante as décadas de 70 e 80, o trabalho o levou a países como Bangladesh, Chipre, Mo-

çambique, Peru e Líbano.

Nos anos 90, atuou como coordenador humanitário em Ruanda (África), representante especial da ONU na Bósnia (Europa) e como diretor de

operações das Nações Unidas no Timor Leste (Ásia). Em julho do ano passado foi nomeado chefe do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

Homem de confiança do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, Vieira de Mello foi indicado pelo Conselho de Segurança, em maio último, representante especial das Na-

ções Unidas no Iraque. O trabalho deveria durar apenas quatro meses, já que o brasileiro pretendia manter-se à frente do Alto Comissariado para os Direitos Humanos.



★ 1948 - † 2003

Indignação com o atentado terrorista contra a representação da ONU em Bagdá, classificado de “insano,” e pesar pela morte do diplomata brasileiro Sérgio Vieira de Mello marcaram os pronunciamentos de diversos senadores na sessão de ontem

**MERCADANTE**

Fotos: Roosevelt Pinheiro

### Terror agride caminho da solução pacífica

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), condenou a ação terrorista no Iraque que resultou na morte do diplomata Sérgio Vieira de Mello.

– Esses terroristas agrediram a paz e o caminho da solução pacífica que poderia impedir o prolongamento da ocupação estrangeira – afirmou.

O senador ressaltou que Vieira de Mello era um legítimo representante da diplomacia brasileira, que sempre defende soluções pacíficas e negociadas.

**JOSÉ AGRIPINO**

### Morre um campeão em produzir a paz

“Uma guerra mal explicada e mal terminada acaba de produzir, entre suas vítimas, um cidadão brasileiro campeão em matéria de produzir a paz.” Com essas palavras o senador José Agripino (PFL-RN) iniciou sua homenagem ao diplomata Sérgio Vieira de Mello.

Ele leu nota oficial do PFL lamentando o ocorrido e, em nome do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), também pediu a inserção em ata de nota do PSDB.

**TIÃO VIANA**

### Um ato de violência descabido

O líder do PT, Tião Viana (PT-AC), lamentou a morte de Sérgio Vieira de Mello. Ele classificou o atentado como um “ato de violência descabido” e disse que foi uma das conseqüências da invasão americana e inglesa.

Segundo Viana, EUA e Inglaterra praticam o terrorismo de Estado no Iraque, por isso enfrentam uma guerrilha urbana.

– É um caminho difícil, um caminho de violência, e não sabemos aonde vamos chegar – comentou.

**JEFFERSON PÉRES**

### Terrorismo se volta contra um benfeitor

Em nome do PDT, o senador Jefferson Péres (AM) lamentou o assassinato de Sérgio Vieira de Mello. Ele disse que o ato terrorista representa um ataque exatamente contra um benfeitor do povo iraquiano e não contra as tropas de ocupação.

O senador prestou homenagem a Vieira de Mello pela participação em diversas missões de paz, dizendo que ele não foi o embaixador do circuito dourado, mas o homem de missões difíceis.

**PEDRO SIMON**

### Tomba um herói e um cidadão do mundo

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou a morte de Sérgio Vieira de Mello destacando que “ele tombou, longe de sua pátria, como um herói e um cidadão do mundo”. Simon disse que o diplomata foi reconhecido pela capacidade de pacificação.

– As bombas que o tiraram desta vida atingem a humanidade inteira, porque são bombas contra um homem que defendia um mundo diferente, um mundo de paz – salientou.

**ALMEIDA LIMA**

### Vítima dos senhores da guerra

Ao externar seu pesar pela morte de Sérgio Vieira de Mello, o senador Almeida Lima (PDT-SE) opinou que o diplomata é mais uma vítima da política imperialista e bélica do governo norte-americano. Ele salientou que, ao invadir o Iraque, os Estados Unidos apeque-naram a ONU.

– Morre o embaixador Sérgio Vieira de Mello, o diplomata da paz. A vítima da estupidez e da arte dos senhores da guerra – afirmou.

**VALADARES**

### Um diplomata como Rio Branco e Rui Barbosa

Sérgio Vieira de Mello pode ser comparado aos grandes nomes da diplomacia brasileira, como Rui Barbosa e Rio Branco, afirmou o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). O senador observou que Vieira de Mello se destacava exatamente em uma conjuntura internacional conturbada.

– Ele representava a perspectiva de uma paz duradoura para o Iraque e de reencontro da nação com o seu povo – disse.

**NEY SUASSUNA**

### Servir no Iraque era um posto de sacrifício

“Foi como se um Ayrton Senna da diplomacia estivesse findando”, afirmou o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) ao lamentar a morte de Sérgio Vieira de Mello. Ele disse que muita gente se engana ao imaginar que a vida de um diplomata é uma sucessão de lugares bonitos.

– Estive no Iraque. É um país desértico, com 50º de sombra. Qualquer que fosse a posição, servir no Iraque era um posto de sacrifício – assinalou.

**MÃO SANTA**

### “Insanidade de Bush” levou ao atentado

O senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que o atentado que causou a morte de Sérgio Vieira de Mello foi “causado pela insanidade do presidente americano, George Bush, que empreendeu a guerra ao Iraque”.

O episódio, disse, deve servir de exemplo ao Brasil para que não seja causatário dos EUA. O Brasil, frisou Mão Santa, “deve irradiar a missão da paz, que hoje oferece como mártir Vieira de Mello”.

**ARTHUR VIRGÍLIO**

### Um homem imprescindível à diplomacia

Para o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), com a morte de Sérgio Vieira de Mello não foi apenas a diplomacia brasileira que perdeu, “porque ele era imprescindível à diplomacia mundial”.

– Uma vida tão ilustre, tão profícua, ao morrer, deu talvez mais uma grande contribuição à paz. Quem sabe agora todos percebam que não podemos nos acomodar diante da desestabilização da paz mundial – frisou.

**RENAN CALHEIROS**

### Senado deve fazer sessão em homenagem

Em nome do PMDB, o senador Renan Calheiros (AL) condenou, “da forma mais veemente possível”, o atentado que causou a morte de Sérgio Vieira de Mello. Ele sugeriu a realização de uma sessão em homenagem “a este brasileiro que ficará na memória das batalhas pela paz e pelos direitos humanos”.

Renan considerou o atentado “extremamente insano”, tendo em vista os fins pacíficos da ação da ONU no Iraque.

**MOZARILDO**

### Nova ordem renega tutela de países ricos

Ao encaminhar o requerimento de voto de pesar pela morte de Sérgio Vieira de Mello, o senador Mozarildo Cavalcanti (RR) leu nota em que o PPS enaltece o brilhantismo e a vocação pública do diplomata.

– Esperamos que o sacrifício de Vieira de Mello traga mais luz a esse debate. Uma nova ordem internacional renega tutelas de países ricos e exige prevalência de organismos multilaterais – diz a nota.



## CAE aprova audiência com cinco governadores

Requerimento do presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ramez Tebet (PMDB-MS), aprovado ontem, determina que a comissão se reunirá ainda este mês com cinco governadores, representantes das regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, para tratar da reforma tributária, atual-

mente em discussão na Câmara.

O senador sugeriu os nomes dos governadores Germano Rigotto, do Rio Grande do Sul; Aécio Neves, de Minas Gerais; Eduardo Braga, do Amazonas; Marconi Perillo, de Goiás; e Wilma de Faria, do Rio Grande do Norte.

Outra audiência pública aprovada pela CAE foi solicitada pelo se-

nador Romero Jucá (PMDB-RR) e deverá reunir os presidentes do Banco Central, da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) e dos Bancos Itaú e Bradesco, para discutir a legislação sobre juros bancários e a criação de um grupo de trabalho que objetive reduzir os juros atualmente cobrados pelas instituições financeiras.

Os senadores também aprovaram outro requerimento de Jucá solicitando audiência pública com dirigentes do Sistema de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) para tratar de projeto da Câmara que tramita na CAE e destina parte dos recursos dirigidos à entidade para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Célio Azevedo



**SUGESTÃO** Tebet quer chamar governadores do RS, MG, AM, GO e RN para audiência



Rosevelt Pinheiro

**TUDO PRONTO** Pavan revelou que projetos estão aprovados na cidade de Imbituba

## Pavan pede liberação de ZPE catarinense

Ao comentar a necessidade de o Brasil expandir exportações para equilibrar suas contas externas, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) fez um apelo ao governo federal no sentido de que viabilize, o mais rapidamente possível, o pleno funcionamento das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) já criadas em 17 estados.

Pavan pediu especialmente pela regularização da ZPE de Imbituba (SC), que já tem três projetos industriais aprovados pelo Conselho Nacional de ZPEs e é a única com parecer favorável da Receita Federal para a liberação do seu alfanfegamento, requisito fundamental para que ela possa iniciar suas operações. Ele informou que o governador Luiz Henrique entregou, ontem, ao presidente Lula da Silva documentos que comprovam as obras e os procedimentos legais que faltariam para a implantação definitiva da ZPE catarinense, restando apenas o apoio do governo federal.

Na avaliação do senador, a experiência internacional mostra que os países mais bem-sucedidos na exportação de produtos manufaturados recorrem amplamente ao instrumento das zonas industriais ou zonas de processamento de exportação – China, Estados Unidos e México, por exemplo.

## PFL promete aprimorar a reforma tributária

**Jorge Bornhausen anuncia que partido proporá partilha das contribuições para socorrer municípios**

O presidente do PFL, Jorge Bornhausen (SC), prometeu aprimorar no Senado o texto da reforma tributária, por entender que se trata de uma proposta insuficiente que, “ainda por cima, embute aumentos na carga tributária”. A principal reivindicação do PFL, frisou, é a partilha, entre estados e municípios, dos recursos arrecadados com a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Bornhausen afirmou que a atual situação caótica da maioria dos estados e municípios se deve às distorções sofridas pelos Fundos de Participação dos Estados e Municípios, desde sua criação, na Constituição de 1988.

O senador salientou que, naquela ocasião, os impostos partilhados representavam 75% da arrecadação federal, enquanto as contribuições não partilhadas eram da ordem de 25%. Hoje, os impostos somam 45%,



Rosevelt Pinheiro

**OBJETIVO** Bornhausen diz que desejo do PFL é firmar novas bases no pacto federativo

enquanto as contribuições representam 55% da arrecadação.

Diante disso, explicou, o PFL resolveu apresentar emenda à reforma tributária propondo que as contribuições sejam partilhadas, num sistema que não resulte em aumento da carga tributária.

### Apoio unânime

Ele disse que o partido decidiu consultar suas bases e organizou um encontro, na última quinta-feira, em que 500 prefeitos, de todos os partidos, aprovaram, unanimemente,

sua proposta. O encontro, relatou o senador, teve “grande repercussão, chegando a abalar as bases do governo”, que decidiu convocar a imprensa para dar sua versão.

– O ministro José Dirceu foi longe demais, ao dizer que “não dá para partilhar” e que, “se ficarmos dando voltas, a reforma empaca e não sai”. E ainda acusou o PFL de falta de ética, por ter apoiado a criação de contribuições no governo FHC – destacou.

Bornhausen fez questão de explicar que o PFL aprovou contribuições em função de crises que exigiram fortes ajustes fiscais, como as do México, a asiática, a da Rússia, a do real e a da Argentina. A atual recessão, afirmou, “é uma crise provocada pelo próprio governo do PT, que já produziu mais 600 mil desempregados”.

O senador assinalou, ainda, que o programa eleitoral do PT pregava um novo pacto federativo para repartir melhor as receitas entre União, estados e municípios, numa relação mais respeitosa.

– Isso é exatamente o que estamos pretendendo obter, com nossa emenda – finalizou Jorge Bornhausen.

## CE realizará debates públicos para avaliar impactos das mudanças



José Cruz

**CONVIDADOS** Osmar Dias pretende chamar ministros para participarem das audiências

Por unanimidade, a Comissão de Educação (CE) aprovou ontem requerimento do presidente do colegiado, senador Osmar Dias (PDT-PR), propondo a realização de audiências públicas para debater o impacto da reforma tributária nas áreas da educação, cultura, ciência e tecnologia, comunicação e esportes.

O senador Osmar Dias informou que deverão ser convida-

dos para participar dos debates os ministros da Educação, Cristovam Buarque; da Cultura, Gilberto Gil; do Esporte, Agnelo Queiroz; e da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral.

A comissão também deverá convidar o relator da reforma tributária no Senado (ainda a ser escolhido), bem como representantes de setores públicos e privados envolvidos nessa reforma.



Célio Azevedo

**TRADIÇÃO** Mão Santa lembrou que Senado é integrado por homens públicos experientes

## Mão Santa diz que Senado deve mudar projetos

Indignado com as notícias de que o Senado não modificará as reformas aprovadas pela Câmara dos Deputados, o senador Mão Santa (PMDB-PI) lembrou a tradição e a experiência da Casa, espelhada em senadores que são ex-governadores, ex-prefeitos e até um ex-presidente da República. Ele lembrou que o senador Paulo Paim (PT-RS) tem dito que, se for para atender ao interesse do povo, as reformas serão discutidas, analisadas e modificadas pelo Senado.

– Paulo Paim vai ser o nosso líder nessa caminhada para fazer uma reforma que seja melhor para o povo – afirmou.

Mão Santa disse que não há matemática que o convença de que a Previdência Social está falida. Segundo ele, a falência se explica pelo desvio de dinheiro para outros fins que não sejam as aposentadorias e pensões, como obras e o pagamento de juros a bancos internacionais.

Ele defendeu projeto de lei do senador Paulo Octávio (PFL-DF) que dá mais transparência à administração dos recursos da Previdência.

Em apartes, os senadores Marcelo Crivella (PL-RJ) e Leonel Pavan (PSDB-SC) concordaram com Mão Santa e defenderam que o Senado tem que discutir e aperfeiçoar as reformas aprovadas pela Câmara.

## Papaléo critica distribuição de preservativos

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) criticou ontem a decisão do Ministério da Saúde de combater a disseminação da Aids distribuindo preservativos a alunos do ensino fundamental e médio. Para ele, a iniciativa poderá estimular a sexualidade precoce das crianças e adolescentes e até contribuir para aumentar a prostituição no país.



**Papaléo pede que governo ouça a sociedade**

Papaléo propôs que sejam ouvidos setores da sociedade como grupos religiosos, organizações de pais e mestres e até médicos especializados em atendimento a crianças e adolescentes.

Segundo o senador, por trás dessa aparente inovação na política pública para doenças sexualmente transmissíveis existe inconseqüência e perigo de causar resultados irreparáveis aos jovens e à sociedade.

## Mozarildo saúda nova agência de pesquisa médica

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) saudou ontem a união de esforços da Organização Mundial da Saúde (OMS)



**Mozarildo: DNDi combate "doenças esquecidas"**

com a Fundação Oswaldo Cruz, entidades governamentais da França, Índia e Malásia, além da ONG Médicos Sem Fronteiras, para criar a Iniciativa de Drogas para Doenças Negligenciadas (DNDi), que pretende fazer com que o setor público assuma o papel do qual se tem omitido a indústria farmacêutica.

O plano de ação da nova entidade, conforme Mozarildo, prevê um investimento de US\$ 250 milhões nos próximos 12 anos. Para o senador, a DNDi pretende priorizar o combate às chamadas "doenças esquecidas", como a leishmaniose visceral, a doença do sono e a doença de Chagas.

# Grossi afirma que não podia processar bancos por fraude

**Ex-diretora do Banco Central nega qualquer responsabilidade na evasão de divisas por meio de contas CC-5**

Em depoimento à CPI do Banestado, a ex-chefe do Departamento de Fiscalização do Banco Central (BC) Tereza Grossi afirmou que, à época em que ocupou o cargo, a competência para abrir processos administrativos por irregularidades em instituições financeiras era dos gerentes regionais da instituição.

O mesmo acontecia, afirmou, em casos de fraudes, que precisavam ser informados ao Ministério Público (MP). Ao comitê de análise dos processos administrativos, informou, caberia determinar o encaminhamento de denúncia, que, antes de seguir para o MP, passaria pelo departamento jurídico.

– Nunca votei em nenhum processo administrativo e nunca interfeirei neles – assinalou.

Grossi discordou da visão de que o Banco Central seria culpado pela evasão de divisas a partir de Foz do Iguaçu (PR). Segundo disse, o BC é órgão administrativo e, portanto, só tem poder para aplicar multas ou tirar a habilitação para atividade financeira. A punição criminal, ressaltou, é atribuição do



**IMPEDIMENTO** Tereza Grossi afirmou à CPI do Banestado que não tinha competência para apurar denúncias de irregularidades

Ministério Público.

A ex-diretora informou que só soube das irregularidades em Foz do Iguaçu quando, entre 1996 e 1997, realizou fiscalizações na agência do Banestado em Nova York, em busca de informações para a CPI dos Precatórios.

A comunicação das irregularidades ao MP, relatou, foi feita em 1997. Eram 15 volumes, que detalhavam o esquema e mostravam os nomes de quem movimentava as contas. “A partir desse momento, o BC assumia um papel coadjuvante”, afirmou. “Se o Ministério Público precisa de informações, o BC auxilia nas investigações.”

### Araucária

O Banco Araucária recebeu autorização especial do BC para operar com depósitos em espécie acima de R\$ 10 mil porque os registros de suas opera-

ções obedeciam a normas legais e nunca abrigou contas de “laranjas”. A afirmação foi feita à CPI pela ex-diretora e ex-gerente de câmbio do Araucária, já liquidado pelo BC, Ruth Whately Bandeira de Almeida.

A ex-gerente disse estranhar que o foco das investigações tenha se voltado para o Araucária, instituição pequena com movimentação inferior à média diária de R\$ 9 milhões.

Ainda ontem, Serys Slhessarenko (PT-MT) pediu a quebra do sigilo bancário e fiscal dos ex-prefeitos Paulo Maluf e Celso Pitta.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), também pediu a convocação do presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb Lima, e do diretor de Política Monetária do Banco Central, Luiz Augusto de Oliveira Candiota.

## César Borges pede apoio aos hospitais

Ao informar que diversos hospitais filantrópicos baianos, que têm nas receitas provenientes do Sistema Único de Saúde (SUS) sua principal fonte de financiamento, atravessam uma grave crise, o senador César Borges (PFL-BA) cobrou do governo federal a atualização dos valores pagos pelos serviços hospitalares e uma revisão no valor do teto do SUS repassado para estados e municípios.

Para exemplificar a situação de penúria que os hospitais filantrópicos estão enfrentando, César Borges citou o caso do Hospital Aristides Maltez, especializado no tratamento de câncer. Com um déficit mensal de R\$ 100 mil, a instituição foi obrigada a desativar três dos dez leitos de UTI de que dispõe.

No interior, disse o senador, a situação é ainda mais grave.

## Paulo Octávio homenageia Jorge Pelles

Dizendo falar em nome de todos os filhos de Brasília, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) registrou o centenário de nascimento de Jorge Pelles, que se comemora hoje. Pelles foi proprietário da Fazenda Bananal, área em que hoje se localiza o Distrito Federal.

De acordo com Paulo Octávio, Pelles faleceu “sem riqueza material”, como funcionário aposentado da Fundação Zobotânica, após décadas de trabalho na implantação da Estação Ecológica de Águas Emendadas, em Planaltina (DF).

– Seu desprendimento em concordar com a venda diretamente ao estado de Goiás propiciou que a inauguração da nova capital se fizesse a tempo, sem questionamentos jurídicos – afirmou.

O senador relatou que o então governador de Goiás, José Ludovico de Almeida, disse em entrevistas que deu a Jorge Pelles e seu sócio, pela compra da Fazenda Bananal, um cheque sem fundos no valor de 4.700 cruzeiros.

## Sarney e Paim dizem ao presidente da CUT que Senado está aberto ao diálogo

Acompanhado do vice-presidente Paulo Paim (PT-RS), o presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Luiz Marinho, que veio pedir a aprovação das mudanças não aceitas pela Câmara dos Deputados na proposta de reforma da Previdência. Sarney disse que a Casa está sempre aberta ao debate.

Marinho revelou que a CUT quer discutir especialmente a regra de transição, a taxa dos inativos, o teto salarial e a necessidade de garantir, de fato, a inclusão previdenciária dos 40 milhões de excluídos.

Tanto Sarney quanto Paim disseram ao presidente da CUT



**ENTENDIMENTO** Marinho (E), Sarney e Paim conversaram sobre reforma da Previdência

que o trâmite da matéria no Senado é diferente do realizado na Câmara e que o mais importante agora é levar suas idéias de emendas à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Marinho observou que a CUT

cumprirá esse roteiro, até para que não perdesse a impressão de que a Câmara debateu tudo à exaustão e resolveu todos os problemas da proposta.

– Na Câmara também houve o interesse dos governadores, pressionando para não atenderem nossas reivindicações.

Com os altos salários, a Câmara já foi bastante complacente, agora falta proteger os vencimentos baixos – afirmou.

Paim disse que viu com simpatia a audiência, identificando nela boa vontade para o diálogo e a negociação.



Jane de Araújo

**ABERTURA** Sarney, ao lado dos ministros Roberto Amaral e José Dirceu e do deputado João Paulo Cunha, dá início ao seminário internacional, que continua até amanhã

## Sarney: software livre tira país da escravidão

Senador defende opção brasileira e afirma que controle da tecnologia é essencial para desenvolvimento

O presidente do Senado, José Sarney, participou ontem da abertura do seminário internacional "Software Livre e o Desenvolvimento do Brasil" e disse que o evento demonstra a disposição de tirar o país de "um novo tipo de escravidão tecnológica".

O *software* livre é um programa de computador que permite acesso gratuito, ao contrário do chamado *software* proprietário, que exige pagamento pelo programa e licença de uso.

Para Sarney, isso cria uma divisão entre países que controlam e que não dominam a tecnologia da informática.

– Este é um momento extremamente importante, porque o único país do mundo que havia demonstrado vontade política de apoiar o desenvolvimento do *software* livre era a Índia, e agora o Brasil ainda se coloca nessa posição. Isso terá conseqüências, não só sob o ponto de vista econômico, de poupança de *royalties*, como também significa despertar o talento brasileiro e a criatividade no desenvolvimento da informática – afirmou.

Sarney ressaltou que o Congresso já há bastante tempo tomou posição prática sobre a questão e deu como exemplo o

trabalho da rede Interlegis, pela qual o Senado coloca à disposição das assembleias legislativas e câmaras municipais *softwares* livres, desenvolvidos no seu próprio centro de processamento de dados.

– Estamos demonstrando que é possível o país se transformar num grande produtor de *software* livre. O significado disso, para o Brasil e todos os países em desenvolvimento, é libertar-se imediatamente da colonização tecnológica, sem estarem submetidos a pagar constantemente pela utilização da informática – declarou.

Também discursou na abertura do seminário o presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha, que falou sobre a economia que já está ocorren-

do na Casa com a utilização de *software* livre. O chefe da Casa Civil da Presidência da República, ministro José Dirceu, confirmou a disposição do governo Lula de "romper com o paradigma limitador do *software* proprietário".

### Substituição de importações

Já o ministro Roberto Amaral, da Ciência e Tecnologia, apresentou dados sobre os gastos do país – que chegaram a US\$ 1 bilhão nos últimos quatro anos – com pagamentos pelo uso de programas de computador, e disse que o governo pretende utilizar seu poder de compra para estimular a produção de *software* livre, no que chamou "política de substituição seletiva de importações".

O ministro da Cultura, Gil-

berto Gil, afirmou que a produção de *software* livre no país vai proporcionar o surgimento de pequenas empresas e a geração de milhares de novos empregos e permitirá "a inclusão do Brasil no universo cultural contemporâneo". O presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), também estava presente.

O seminário continua até amanhã e conta com expositores como Richard Stallman, presidente da Free Software Foundation, Marcelo D'Elia Branco, coordenador do Projeto de Software Livre, da Prefeitura de Porto Alegre (RS), e Miguel de Icaza, presidente da Gnome Foundation.

### BIENAL DO LIVRO

## Constituição é obra mais vendida em Salvador

A 6ª Bienal do Livro da Bahia confirmou a Constituição federal como o *best-seller* da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado. Nos primeiros quatro dias da feira, o estande do Senado comercializou 720 livros, dos quais quase 10% em edições atualizadas da Carta Magna. Os livros publicados pelo Senado são vendidos a preço de custo. A coleção completa das Constituições brasileiras (oito volumes) foi outro

carro-chefe das vendas, com 192 volumes vendidos (24 coleções). A obra atrai pela excelente relação custo-benefício: os oito volumes custam R\$ 32, se levados conjuntamente (R\$ 4 o exemplar).

Um público recorde de mais de 35 mil pessoas visitou o Centro de Convenções da Bahia desde a última sexta-feira. Em 2001, 166 mil pessoas compareceram aos dez dias da bienal. No estande do Senado, os visi-

tantes da feira também mostraram grande interesse pelo Manual de Padronização de Textos (63 exemplares vendidos a R\$ 3 cada); Novo Código Civil (38 exemplares, R\$ 10); Estatuto da Criança e do Adolescente (27 exemplares, R\$ 5); Lei das Licitações (25 exemplares, R\$ 5); e Lei de Diretrizes e Bases (22 exemplares, R\$ 3).

Entre as publicações do Conselho Editorial, as que mais se destacaram foram os livros *Festas e Tradições Populares do Brasil*, de Melo Moraes Filho (13 exemplares, R\$ 20); e *A Campanha de Canudos*, de Aristides Augusto Milton (11 exemplares, vendidos a R\$ 10 cada).

## Senado formará impressores em braille

O diretor-geral do Senado Federal, Agaciel Maia, anunciou, em Salvador, que o Senado deverá assinar convênios com entidades de assistência a deficientes visuais do Distrito Federal possibilitando a realização de estágios de impressão em braille na Gráfica do Senado.

– Vamos formar impressores em braille, exatamente para possibilitar que outros órgãos públicos tenham a iniciativa que o Senado teve, de imprimir livros em



José Cruz

braille e dar oportunidade aos deficientes visuais – afirmou o diretor-geral, lembrando que a iniciativa é do presidente do Senado, José Sarney, e do 1º secretário, Romeu Tuma (PFL-SP).

Os convênios vão permitir também o ensino de braille aos impressores e formarão revisores entre os que já têm fluência na língua portuguesa.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Heráclito Fortes e Papaléo Paes